

# HISTÓRIA E MEMÓRIA DA COLONIZAÇÃO: TEMPO PRESENTE E USOS DO PASSADO

COLONIZATION HISTORY AND MEMORY: PRESENT TIME AND USES OF THE PAST

Filipe Soares<sup>1</sup>

## Resumo

O artigo a seguir é fruto de minha pesquisa na Amazônia, parte de uma trajetória entre mestrado e doutorado. Compreende a necessidade de demonstrar os caminhos estabelecidos para a realização de uma história oral competente. A temática envolve a tão citada e debatida política de colonização dirigida da Amazônia, ao longo da década de 1970 – responsabilidade do INCRA. Tentarei captar os objetivos do governo federal com a ocupação das margens da Transamazônica a partir do cotidiano de trabalhadores rurais que para lá foram deslocados. Aqui foram analisados depoimentos desses sujeitos, ou seja, antigos colonos que constituíram nova moradia e trabalho na supracitada região. São estudos de memória que pretendem demonstrar a importância do tempo presente na conformação dos relatos e nas discussões estabelecidas pela historiografia responsável. As escutas sensíveis são fundamentais às mediações das distintas temporalidades históricas, importante ferramenta da disciplina para o enfrentamento de momentos desafiadores.

**Palavras-chave:** Memória; Amazônia; Trabalhadores Rurais.

## Abstract

The following article is the result of my research in the Amazon, part of a trajectory between master's and doctorate. Comprises the necessity to demonstrate the paths established to carry out a competent oral history. The theme involves a well renowned issue such as the Amazon Colonization policies developed throughout the 1970s a responsibility of INCRA. I will try to understand the federal government goals by occupying the Transamazônica roadside from the daily life of rural workers who have been displaced there. Here, the testimonies of these subjects were analyzed, namely, former colonists who constituted new housing and work in the aforementioned region. These are memory studies that intend to demonstrate the importance of the present time in shaping the reports and in the discussions established by responsible historiography. Sensitive listening is fundamental to the mediation of the different historical temporalities, an important discipline tool to face challenging moments.

**Keywords:** Memory; Amazon; Rural Workers.

<sup>1</sup> Mestre em História pela UFPE; Doutor em História pela UFPA.

## Introdução

As variadas críticas às tentativas do INCRA em montar um quadro de assistência aos colonos nos conduzem a um importante aspecto da política de colonização. Neste artigo, pretendo esboçar uma avaliação dos fracassos e sucessos atrelados ao programa de colonização dirigida. É evidente que esta avaliação partirá de meu olhar crítico sobre a política, mas é importante notar que existem considerações múltiplas sobre o que ela representou. Em geral, o sucesso ou o fracasso é sempre considerado a partir daquilo que o projeto representou aos colonos, à própria região amazônica e ao governo ditatorial do período. Essa avaliação sugere que é justo admitir um relativo sucesso das realizações encaminhadas nos primeiros anos da colonização dirigida. Me refiro à capacidade que tiveram alguns colonos em adquirir os meios para produzir nas terras da região, ascendendo socialmente naquelas localidades. Mas, na verdade, esta é uma estratégia que nos permite enxergar a colonização de um ponto distante da interpretação polarizada entre o completo sucesso ou inevitável fracasso. Argumentar sem polarizações, nesse sentido, não é utilizar de um recurso retórico segundo o qual esterilizamos nossos argumentos diante da falta de posicionamentos políticos bem definidos. Esta foi somente uma forma que encontrei para melhor perceber as concepções que orientaram o governo da ditadura e captar a experiência daqueles trabalhadores rurais que chegavam à Amazônia.

Por exemplo, se as críticas aos moldes como foi implantada a colonização nos levassem ao descrédito total da política entraríamos em coesão com o que postulou o governo Geisel a partir da segunda metade da década de 1970, pois em seu governo foram revertidas as prioridades na região: o modelo de assentamento em pequenas propriedades foi revertido para a entrada de grandes projetos pecuários e minerais. Ao apontarmos o relativo sucesso dos poucos migrantes nas regiões de colonização, fica evidente que o modelo que prioriza o assentamento de trabalhadores rurais é mais justo e de menos impacto quando comparado àquele defendido por Geisel. Mas também não completaríamos as análises sem postular os erros de execução da política. Na verdade, o que importa demarcar é que o desfecho da colonização dirigida indica que ela foi guiada sem o privilégio e confiança institucional que necessitava o seu amplo programa, elaborado durante os anos de Médici. Acredito que entre todos os estudos que reuni sobre o tema, esta seria a minha principal contribuição: a política de colonização dirigida foi vista apenas como uma ação passageira para um abrangente processo de ocupação da região amazônica no qual seriam privilegiados os grandes projetos e os



grandes latifundiários. Essa conclusão não é necessariamente original e autêntica, mas está atrelada a uma ampla pesquisa, onde reuni fontes e bibliografias ao longo dos meus cursos de mestrado e doutorado. Neste artigo, parte desse material está disponibilizado ao leitor para que possamos melhor entender os processos que envolvem a prática da história oral, desde a escuta até a escrita. De maneira geral, a estrutura do texto assim se apresenta: um debate historiográfico onde está contido a avaliação da política de colonização dirigida; importantes depoimentos que atestam as dificuldades da vida na Amazônia desde a década de 1970, em outras palavras, discursos de trabalhadores que carregam consigo o sofrimento dos anos de colonização e o descaso do governo para com aqueles que não tinham recursos ao chegar na Amazônia; e, por fim, um trecho onde recupero os relatos que defendem e valorizam não só o programa, mas, em certo sentido, a ditadura.

### **Avaliação da colonização: um debate historiográfico**

No início da década de 1970, o compromisso com a população rural estabelecido na retórica oficial do governo cumpre a função de aliviar o conflito pela terra ao redor do país para, na Amazônia, estabelecer uma intervenção que pudesse abrir caminho aos grandes empreendimentos e à concentração privada da produção. Esse é um deslocamento somente possível de ser realizado quando problematizamos não só os discursos oficiais, mas quando elencamos os processos sociais em que emergem o Estado brasileiro da época, sua prática política, mas também os personagens da colonização, migrantes e funcionários do governo, bem como as empresas e projetos que tomaram o lugar de protagonismo nas ações institucionais sobre a região.

Com a instituição do PIN pelo Decreto Lei nº 1.106/70 foi definida uma estratégia de desenvolvimento da Amazônia por um programa de colonização dirigida de suas terras. O termo *colonização dirigida*<sup>1</sup> é uma denominação oficial e indica que a ocupação das terras seria encaminhada pelas instituições do governo brasileiro na década de 1970. O espaço selecionado para essa política eram as faixas de 10km nas margens da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém – rodovias que também foram construídas pelos investimentos do Programa de Integração Nacional. Os primeiros lotes ocupados pelos colonos, os assentamentos pioneiros, foram aqueles realizados às margens da BR-230, a Transamazônica. Isso porquê, no início da colonização, os grandes contingentes de trabalhadores rurais foram trazidos para a região da Transamazônica, enquanto que as margens da Cuiabá-Santarém foram posteriormente



ocupadas por empresas agropecuárias – essa foi uma determinação outorgada pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A criação do INCRA é um grande exemplo da expansão das instituições federais na década de 1970, principalmente por se tratar de um órgão submetido ao Ministério da Agricultura, ou seja, voltado para o interior do país, suas áreas rurais. Junto com a criação do INCRA, uma série de medidas e programas assistencialistas foram direcionadas à população do campo. O INCRA foi criado pelo decreto-lei número 1.110 de 9 de julho de 1970, um pouco antes do decreto que deu origem ao PIN, o 1.106, de 16 de julho de 1970. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária praticamente foi fundado para assumir as ações da colonização dirigida na Amazônia. Não é por acaso que a própria sigla da instituição carrega o nome do programa que distribuiu terras na Amazônia: o “C” da colonização. Portanto, o INCRA foi a instituição que possibilitou falar da colonização como uma política oficial do governo da época. Além de conceder salários mínimos aos colonos durante os seis primeiros meses em que trabalhavam na terra, o INCRA emitiu os documentos necessários à ocupação, como as carteirinhas, os títulos e os carnês de pagamento da terra.

Agora cabe entender, a partir da concepção dos próprios migrantes, como os diferentes grupos da colonização mobilizam argumentos contraditórios para explicar tanto o fracasso da política como o relativo sucesso do programa. Sobre a forma do sucesso, é preciso reforçar que a ascensão social de alguns colonos na Amazônia constituiu uma das razões que levaram o governo a abandonar a possibilidade de seguir com a política de assentamento de trabalhadores pobres. Na concepção governamental, o sonho de enriquecer na Amazônia, mais precisamente a possibilidade eminente de realizá-lo, instigou uma série de trabalhadores rurais a se deslocarem espontaneamente à região, o que, ao final, ameaçaria o plano de a manter sob as garras da iniciativa privada e do grande latifúndio. Se esse conjunto de pessoas seguisse auxiliado pela infraestrutura que estava sendo montada pelo governo naquelas localidades, a opção institucional se daria por seguir com a orientação do assentamento de trabalhadores pobres, o que foi excluído logo na oportunidade em que Médici deixou a presidência. Quando notamos o relativo sucesso de alguns trabalhadores, percebemos que a região estava atraindo outros segmentos que não somente aqueles que para lá eram direcionados pelo INCRA. O sonho amazônico propagandeado pelo regime mobilizou a consciência nacional a tal ponto que o projeto final da ditadura com a colonização estava sendo ameaçado.



Mas não podemos romantizar os raros casos de ascensão social para validar as intenções do governo Médici para com a colonização dirigida. O relativo sucesso de alguns colonos ao adquirir seus meios de produção na Amazônia foi restrito e teve prazo de validade. A continuidade de nossas investigações aponta que a racionalidade do regime nunca esteve preocupada com os trabalhadores. O que eles viam na Amazônia era o sonho de enriquecimento. Tanto é que a ditadura não poupou esforços para interromper o processo de distribuição de terras e reverter a ocupação, priorizando dessa vez o grande empreendimento e o latifúndio. Mas o maior problema ainda estava por vir. Com o alcance do objetivo final, ou seja, primeiramente ocupa-la com mão-de-obra para depois privilegiar o latifúndio, foi criada uma relação explosiva que acomete a Amazônia até os dias de hoje. A chegada de milhares de trabalhadores em busca de uma vida melhor na região teve que disputar o espaço com o grande latifúndio, este último enfim priorizado nos encaminhamentos do regime, salvo o breve momento do início da década de 1970. O resultado foi a criação de um intenso conflito pela terra. Ao longo desses anos não é rara a notícia dos assassinatos em série de trabalhadores ou lideranças que se organizam em busca do acesso à terra.

Portanto, para entendermos os caminhos que nos levam à abordagem contraditória da colonização é preciso ter em mente que ela

não conseguiu concretizar uma ocupação uniforme por pequenos proprietários inseridos num processo de capitalização. No sentido dos grupos sociais que para essa área se dirigiram, constituiu um processo com efeitos desiguais que aparecem expressos na diferenciação sócio-econômica dos parceiros<sup>2</sup>.

A partir dos relatos dos colonos, conduzirei o estabelecimento da diferenciação entre os distintos personagens da colonização: aqueles que argumentam o seu sucesso e aqueles que argumentam seu fracasso, condição que no geral varia de acordo com suas posições socioeconômicas. Mas, para além desse ponto, a citação nos oferece um outro importante elemento na análise da colonização. Ele corresponde à ideia de que a minoria dos colonos que ascenderam na região só conseguiu este feito à medida que foram inseridos num processo de capitalização. Somente aqueles que puderam lidar com as já ditas culturas industriais foram capazes de atingir o relativo sucesso. A colonização só deu brechas à estabilidade para aqueles que se inseriram numa economia de mercado, demarcando os compromissos do governo para com o desenvolvimento capitalista nas

<sup>2</sup> MIRANDA, Mariana. Colonização e Reforma Agrária. In BECKER, B.; MIRANDA, M; MACHADO, L. **Fronteira Amazônica: Questões sobre a Gestão do Território**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990, p. 45.



localidades de intervenção do programa. A condução da política não previa assistência aos migrantes que pudessem se dedicar a uma produção mais autônoma e de subsistência. Os que não tiveram condições de lidar com as culturas de alto valor, não contaram com a ajuda institucional, e parecem terem sido jogados na região para apenas realizar o desmatamento ou somente para diminuir a tensão da luta pela terra nas localidades de onde provinham, caso dos trabalhadores advindos do Nordeste. Dessa forma, o abandono foi um descaso que deve ser aqui denunciado com firmeza, uma vez que atentou contra a própria vida de muitos dos trabalhadores.

### **A Memória da Resistência**

Mas o momento exige a discussão dos depoimentos de antigos colonos. Nesse ponto, veremos que eles se revezam entre a defesa da política, seu relativo sucesso, e suas falhas, seu completo fracasso. Para tanto, é preciso o debate de alguns problemas relativos aos estudos da memória. Se os depoimentos utilizados tratam de uma narrativa ligada aos anos 70, “o passado recordado está perto demais e, por isso, ainda desempenha funções políticas fortes no presente<sup>3</sup>.” A memória não é um tecido puro da lembrança, mas reflete um investimento calcado no presente, onde os depoentes tentam a todo momento deferir suas opiniões sobre o que aconteceu poucos anos atrás. Ao leitor, pode até parecer uma obviedade, mas é preciso o registro de que, de maneira geral, aqueles antigos colonos que argumentam o sucesso da política são aqueles que se encontram num lugar de prestígio e/ou estabilidade social. Por outro lado, os que denunciam o fracasso são justamente aqueles que no presente ainda enfrentam dificuldades para se manterem na região, tendo na luta pela sobrevivência a grande marca de suas vidas. Esse é o caso de Sr. Nelson<sup>4</sup>, que no relato que postula o sofrimento daqueles anos, estabelece uma conexão entre seu passado na Amazônia e seu presente na região:

<sup>3</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 60.

<sup>4</sup> Sr. Nelson: Por alguns problemas técnicos na entrevista, Nelson foi o único depoente do qual não consegui registrar o momento em que me diz seu nome completo. Contudo, acredito que se trata da entrevista concedida com maior competência narrativa. O depoimento de Sr. Nelson é fundamental para o entendimento da arbitrariedade e descaso com que as instituições do regime militar trataram os migrantes na colonização, sobretudo os advindos da região Nordeste. Nelson é cearense e antes de se encaminhar à Transamazônica no início da década de 1970, residia no então pequeno município de Quixadá. Sua vida, marcada pela luta aberta pela sobrevivência, compreende uma série de experiências limite, entre elas, um caso que extrapola o contexto da colonização dirigida e remete ao seu trabalho como seringueiro nas regiões de Belterra – também estado do Pará. O relato de Nelson é preenchido por metáforas, mas ainda emocionante, capaz de nos transpor para a dificuldade da vida de um trabalhador rural naqueles anos da ditadura.



Hoje eu tenho um “aposentosinho” dado pelo INSS, sou aposentado, e aí eu como desse “aposentosinho”. Se a gente atravessar o pé dentro da mão não dá pra viver. É, não dá não. As coisas hoje muito caro. O salário não sobe. Nós vive comendo migalha na vida pra poder nós viver (...). Nós não tem vida boa não. Até hoje nós não têm vida boa. A nossa vida sempre foi sofrida, muita família, trabalhando muito pra sobreviver (...)<sup>5</sup>.

Para Nelson, é como se sua condição social no presente atestasse a validade do que contava sobre o sofrimento de seu passado. A dificuldade que encontra nos dias atuais para sobreviver é uma marca presente em toda sua história. Diante da luta pela sobrevivência ao longo de sua vida, como poderia este senhor argumentar a favor da política de colonização? Ela não lhe acarretou em nenhuma transformação significativa, nem para ele nem para sua família. Pelo contrário, com o sofrimento que descreve os anos de chegada na Amazônia, talvez a ida para a região tenha dificultado ainda mais a vida desse trabalhador. E a vida sofrida de Nelson não sou eu quem arbitrariamente postula, mas de posse de seu depoimento posso estabelecer que o sofrimento é o substantivo-mor que orienta sua narrativa. “Um homem sofrido, eu sofri o pão que o diabo amaçou pra nós sobreviver”, diz ele. O que introduzo na discussão de seu depoimento é que a análise que o próprio depoente faz da sua vida encontra no presente, na sua vida atual, a conformação das opiniões que ele estabelece sobre a história da colonização. É dessa forma que ele encerra as reflexões sobre sua vida: “Nós sofreu, nós tivemos um sofrimento eterno... eterno, é”. A eternidade é justamente o espaço em que se desdobra sua vida e, nesse sentido, o sofrimento é o principal elemento de caracterização de sua experiência, um ingrato companheiro. Sendo assim, não há sentido para ele ter benevolência para com a política do INCRA. Nelson é hoje o principal advogado do fracasso que representou aqueles anos de colonização. Sua vida presente é a própria prova; a verdade que orienta a narrativa sobre o processo institucional que o levou à Amazônia no início da década de 1970. Vítima deste processo, mas nem por isso se exime de enfrentar as memórias sofridas e organizar sua própria opinião sobre o passado. Sabe que é sua luta ao longo dos anos o que lhe dá forças para encarar toda a dificuldade que insiste em rondar sua experiência. Ele parece ter consciência de que se um dia dependesse do Estado, já nem vivo estaria.

Na sequência, Nelson resume seus argumentos sobre a política e as instituições: “pois é, então o INCRA era pra ter dado um grande apoio a nós que sobrevivemo aqui.

<sup>5</sup> Entrevista Realizada na Amazônia em janeiro de 2015.



Chegamo sem nada e nós atuemo um trabalho complicado, porque quando nós chegou aqui, nós ficou dentro dessas matona aí, sofrendo”. Mesmo ciente de que sua vida nunca foi fácil, Sr Nelson não se vitimiza, sabe que sua vida é marcada pelo trabalho e pela superação. Acredita é que as instituições deveriam é ter sido mais consequentes com a condução da política. A princípio, Nelson pode ter acreditado na promessa de ajuda, tendo em vista o otimismo que rondava as ações pela migração e toda propaganda mobilizada nos discursos da ditadura. Outra questão é que a confiança de Nelson naquilo que era apalavrado pelo governo não reduz o depoente a uma condição de ludibriado pela retórica institucional. Se somente assim o fosse, teria cedido aos estereótipos com que as instituições o entendiam, ou seja, como um homem acostumado ao sofrimento e, portanto, fácil de ser abandonado à própria sorte. Nelson resistiu, lutou para ser alocado numa região mais segura, salvou outros companheiros de ficarem literalmente à margem das iniciativas assistencialistas e hoje segue com firmeza criticando a crueldade do Estado brasileiro no trato com os segmentos de trabalhadores pobres do país.

A crítica ao INCRA não aparece somente nos depoimentos de Nelson. Dona Adélia<sup>6</sup>, mesmo ainda marcada pelos discursos que a conduziram à região, entende que nem todo sacrifício individual autoriza o mau trato das instituições para com a população pobre. Diz ela que nas áreas de colonização “o INCRA, se pudesse botar o carro em cima de nós, ele botava. E nós sofremos”. Segundo seu depoimento, Dona Adélia constituiu uma importante voz de cobrança ao governo durante os primeiros anos de execução da política. Sua condição de professora lhe rendeu alguma capacidade de melhor elaborar a crítica às instituições durante o andamento da colonização. Sua posição na hierarquia social do empreendimento era outra, o que pode ter evitado possíveis retaliações do regime. Ela também afirma que chegou a lutar pelo alimento básico de crianças que, à míngua, estavam morrendo aos montes quando chegaram na Amazônia. Também destaca que por muitas vezes foi entendida pelos colonos como representante do INCRA, o que a afastava dos colonos. Nessa oportunidade perguntei se “as mulheres do INCRA”, como ela se referia, não eram bem quistas pelos

---

<sup>6</sup> Adélia Araújo: Viúva, Dona Adélia reside sozinha numa humilde casa em Brasil Novo. Seu depoimento contrasta as vozes predominantemente masculinas presentes no texto. Poeta e professora de formação, a migrante chega às áreas de colonização por conta própria, no intuito de participar da educação dos filhos e filhas dos colonos que com ela chegavam à região. Em vários momentos da entrevista era perceptível a emoção com que relatava a história daqueles anos. Tendo em vista o seu papel e formação de professora, Dona Adélia foi uma importante figura questionadora do modo como as instituições encaminham a política, principalmente no caso em que muitas crianças vieram a óbito, justamente por falta de assistência. Figura até hoje bastante conhecida em Brasil Novo, dona Adélia é um símbolo educacional do município





trabalhadores, quando ela pronto me respondeu: “Não era bem quista porque maltratava. Quando eu cheguei (...) corriam de mim, porque eu era toda bem trajada, né? (...) pensaram que eu era mulher do INCRA”.

Portanto, entende-se que é a narrativa do sofrimento o que atesta o descaso da política de colonização e, por conseguinte, o seu fracasso. Mas essa narrativa não é apenas uma elaboração do presente, ela também advém da própria experiência daqueles anos. O que quero dizer é que “não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração<sup>7</sup>”. E no momento em que esses depoentes organizam a fala de sua experiência, eles recorrem a situação de seu presente para compreenderem os anos da colonização. É através dessa elaboração presente que o entrevistado redime a memória “de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum”<sup>8</sup>. Como nos auxilia Beatriz Sarlo, “o retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente<sup>9</sup>.”. É assim que ao narrarem suas experiências, Seu Nelson e Dona Adélia não apenas se libertam dos sofridos anos que tiveram que enfrentar na Transamazônica, mas também denunciam a situação social a que hoje estão relegados naqueles espaços. Ao me receberem, ambos demonstraram partilhar de uma vida bastante simples, onde o enfrentamento das dificuldades segue sendo uma grande marca de suas existências. A lembrança de suas experiências, por outro lado, é fundamental para que possamos denunciar os maus tratos institucionais à população pobre da década de 1970. A memória daqueles anos pode contribuir para que jamais esqueçamos a crueldade das Ditaduras Militares que assolaram a América Latina na segunda metade do século XX. Essa violência não se resume aos porões de tortura e recorrentes assassinatos de militantes, mas também se faz presente na sutileza com que as instituições do regime organizaram suas políticas para as populações pobres.

Por outro lado, “embora para entender também seja preciso lembrar”, não podemos nos dar ao luxo de no contato com as memórias esquecermos que “é mais importante entender do que lembrar<sup>10</sup>.”. E para melhor entendermos a política de

<sup>7</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 24.

<sup>8</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 24.

<sup>9</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 9.

<sup>10</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 22.



colonização faz-se agora necessário recuperar uma outra sorte de memórias, àquelas mais ligadas à construção de uma visão positiva em torno das instituições e do governo brasileiro da época. As memórias da colonização são importantes veículos para criticarmos a política, mas, contudo, não se fundamentam apenas no aspecto de sua injustiça, descaso e negligência – emoções profundamente sentidas quando alguns me relataram a experiência de ocupação da Amazônia na década de 1970. As memórias da colonização também se baseiam numa construção ideológica e institucional onde o presente não deixa de modelá-las, mas, pelo contrário, segue alterando o quadro individual e pessoal nos quais se fundam a experiência<sup>11</sup>. Esta é a marca das memórias que atestam o sucesso da política de colonização.

### A Memória dos Colaboradores

Partiremos então da memória de um sujeito referência na execução do programa realizado pelo INCRA. A primeira fala de apoio ao governo vem através daquilo que me foi relatado por Zé Gaúcho<sup>12</sup>:

E em relação à Transamazônica eu tenho lhe dizer o seguinte, foi uma grande coisa que o governo fez, foi uma decisão muito boa do presidente Médici que também fez, e aqui é uma região que eu digo que é o coração do Brasil, é o coração do mundo, porque aqui tem terra boa, o camarada que tenha vontade de trabalhar, progride. Do governo eu não tenho o que falar, as promessas que foram feitas, foram mais ou menos cumpridas<sup>13</sup>.

No relato acima aparece a figura de Médici, então general-presidente da ditadura e do Brasil. Cabe destacar a recorrente afirmativa de que a colonização exigia o sacrifício do trabalho. De acordo com Zé Gaúcho, assim como para muitos outros colonos entrevistados, aqueles que se dedicavam, que tinham vontade de trabalhar, por suposto progrediriam nas terras que lhes foram cedidas. Mas o que Zé Gaúcho tem em comum com os outros depoentes que sustentam o sucesso da política? Durante a realização das entrevistas, não foi difícil a percepção de que todos aqueles que no presente se encontram numa situação financeira estável, se portam como defensores do

<sup>11</sup> PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In AMADO, J. e FERREIRA, M. (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

<sup>12</sup> José Osmar Couto (Zé Gaúcho): Antigo colono agraciado com as terras concedidas na Política de Colonização Dirigida. Zé Gaúcho, como até hoje é conhecido na região, reside na beira da rodovia Transamazônica, na altura do município de Medicilândia. Trabalhador rural desde a infância, chega a Amazônia com um certo recurso financeiro. Aproveitando as políticas públicas na localidade e sua capacidade de investimento, consegue expandir sua propriedade, se tornando um grande exemplo na utilização do solo amazônico.

<sup>13</sup> Entrevista realizada na Amazônia em janeiro de 2015.



INCRA e das instituições que mediaram suas chegadas na Amazônia. Lembro de outros dois casos emblemáticos, o de Dona Eunice e o de Dona Creuza. Ambas viúvas, chegaram às regiões da Transamazônica no início da década de 1970 e até hoje residem na parte onde se identifica a presença da chamada terra roxa<sup>14</sup>. Vizinhos, tanto as mulheres como Zé Gaúcho, recorreram a ideia de que “não tinham o que falar” sobre a atuação do INCRA na região. Durante as entrevistas, sempre deixei que os trabalhadores discorressem à vontade sobre a história que tinham para me contar. Mas no caso desses grupos de colonos, como todos os argumentos giravam em torno de uma representação positiva dos anos da política, me permiti perguntar sobre se eles tinham alguma crítica em relação ao trato das instituições. O curioso é que a resposta era direta e se apresentava sob a mesma forma: “não tenho o que falar do INCRA”.

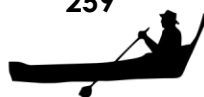
O Sr. José Martins<sup>15</sup> ocupou uma posição única durante os anos de implementação da colonização. Ele chegou à Transamazônica como funcionário contratado pelo INCRA, marceneiro responsável pela montagem das casas nas agrovilas. Depois, pediu dispensa do contrato com a instituição para poder ser agraciado pelo programa de colonização, uma vez que não era permitido aos funcionários do órgão adquirir os lotes que eram cedidos aos colonos. Seu depoimento seguiu a mesma regra dos anteriores: criar uma imagem positiva do INCRA e de suas tarefas na colonização. Quando lhe perguntei de alguma possível crítica à instituição, respondeu:

Não, esse é o seguinte: foi muito bom. Quando chegava, a gente pegava eles, levava. Era entregue um lote pra cada um, né? Aí, a gente pegava, eu fiz isso muito, pegava a mudança, as coisas da pessoa que chegava, o bagulho que eles chegava. Levava no lote dele. Nessa época, quando vinha pro lote, a casinha já tava feita, o INCRA... foi muito bom. A casinha dele feita, o INCRA dava seis meses de salário, dez tarefas de roça pronta e seis meses de salário (...) pra ele trabalhar (...). Chegava, a gente ia levar informação, precisava de alguma coisa ou outra, era assim. E foi muito bom, tanto pra gente, como pros colonos que chegaram. Quem não tá bem hoje é porque não quis mesmo. Porque chance, oportunidade, teve demais!<sup>16</sup>

<sup>14</sup> O curioso é que ambas provêm do Nordeste e constituem o raro grupo proveniente da região que conseguiu adquirir terras nas áreas de cultivo de lavoura comercial. São justamente os seus depoimentos que analiso no artigo onde discuto questões de gênero relativas às áreas da Transamazônica.

<sup>15</sup> José Martins: Marceneiro de profissão, foi um funcionário contratado pelo INCRA para realizar a construção das casas que iriam abrigar os colonos nas chamadas agrovilas. Acompanhou o processo de ocupação das margens da rodovia, desde o seu início, sendo uma testemunha ocular da chegada dos milhares de migrantes naquela região. Antes de decidir trabalhar na Amazônia, no início da década de 1970, residia no interior do Espírito Santo, local que retornou algumas vezes, mesmo depois da decisão de se estabelecer nos arredores de Altamira, onde realizei a entrevista.

<sup>16</sup> Entrevista realizada na Amazônia em janeiro de 2015.



A contradição entre os depoimentos é evidente. Enquanto uns responsabilizam a falta de iniciativa do INCRA, outros relatam que não faltou oportunidade. Nessa última forma, tudo parece ser medido pela expressão utilizada por Zé Martins: “*Quem não tá bem hoje é porque não quis*”. Ou seja, o presente comanda o julgamento dos colonos sobre a política de colonização. Quem está bem atualmente, ou seja, financeiramente acomodado, construiu um relato onde a marca é a positividade da política, quem não está, endurece na crítica às instituições. Não custa reiterar que já argumentei onde se encontra a chave explicativa: ela não está posta em nenhum dos polos, mas remete a uma análise detalhada entre os diferentes personagens da colonização e os reais compromissos do governo para com o território amazônico.

Por outro lado, ao trazer de novo as concepções de Zé Gaúcho, é possível vermos uma articulação interessante entre os seus discursos. Estar bem na região da Transamazônica, na linguagem daqueles que defendem a política de colonização, é ter se submetido aos sacrifícios do trabalho. Esta é uma síntese entre a meritocracia que postula o senso comum e aquilo que era sustentado pelo governo da época. Mas para Zé Gaúcho, o trabalho a ser desempenhado na região não era de qualquer natureza:

(...) porque , infelizmente , o que eu tenho dito é o seguinte: terra é que nem uma caneta. Uma caneta num analfabeto não vale nada, mas num doutor, vale muita coisa. E terra é pra quem sabe trabalhar, pra quem é acostumado a trabalhar e dedicar. (...) E não tem terra ruim, basta saber trabalhar nela. Se uma terra não dá uma coisa, dá outra. (...) então de forma que eu tô muito contente, progredi bem, não posso dizer que sou rico porque tive prejuízos<sup>17</sup>.

Nesse trecho não nos desvencilhamos da influência que tem o presente na construção dos relatos de memória. Zé Gaúcho está correto quando define que trabalhar na terra exige conhecimento. Mas ele também sabe que sua condição atual não é só fruto do capital que detinha antes da sua chegada na Transamazônica. Também contribuíram a sua capacidade e conhecimento sobre o cultivo e o manejo da terra – suas propriedades são referências na utilização do solo amazônico. Contudo, será mesmo que terra é tudo igual? Ele teria a mesma sorte caso ficasse, por exemplo, nas terras que se distanciam de Altamira em direção a Marabá, onde as lavouras comerciais não se dão e onde a malária incidia com mais frequência? Em seu argumento tendo a supor que como bom conhecedor do trabalho com a terra, ele também tem a noção de que estar situado na região da terra roxa e à beira da rodovia foram questões

<sup>17</sup> Entrevista realizada na Amazônia em janeiro de 2015.



determinantes para sua ascensão social. E ele só conseguiu este acesso por ter sido de certo modo privilegiado no processo de aquisição das terras. Sua posição na região, desde o início da colonização, difere em muito daquela a que foi relegado, por exemplo, Seu Nelson e boa parte dos nordestinos. Essas conclusões, contudo, não aparecem em seus depoimentos. No entanto, não é preciso ser um grande analista para perceber que Zé Gaúcho é ciente de seus privilégios. Não quero negar que o conhecimento que ele detém não tenha sido relevante para sua estabilidade e crescimento na região. Mas é justamente o seu conhecimento que me faz supor o que ele esconde em seus depoimentos: Zé Gaúcho é um caso raro na política de colonização.

### **Conclusão**

Não posso negar que antes de chegar às regiões da Transamazônica para realizar as entrevistas, fui na esperança de colher relatos que manifestassem um posicionamento crítico frente ao governo ditatorial responsável pela colonização. Mas no exercício de nossa profissão, estou ciente de que a pesquisa nos oferece mais descaminhos do que as comprovações de nossas ingênuas hipóteses. Como obviamente as entrevistas só puderam ser feitas com os ex-colonos que ainda residem nas margens da rodovia, os relatos que me foram dados em sua maioria refletem a posição de estabilidade e ascensão promovida pela política na região de Altamira. Foi assim que, na contramão do que imaginava, me deparei com uma certa complacência da classe de colonos para com o autoritarismo característico dos anos da ditadura. Levei um tempo para digerir a frustração e aceitar recorrer às entrevistas. A verdade é que só consegui recuperar o entusiasmo para analisar esses dados quando o tempo me mostrou o que esses depoimentos já indicavam anos antes. A realidade política brasileira caminhava para o novo autoritarismo que a tomou de assalto em 2018. A ascensão do campo autoritário nesse ano, de certa forma me ajudou a retomar a problematização das entrevistas. Para mim, elas eram a confirmação de que em nenhum momento a violência institucional cometida pela ditadura havia de fato sido enterrada na consciência nacional. Outrossim, elas estavam na eminência de serem propagadas no imaginário político popular. Para isso, bastou o surgimento de um exemplo grotesco que pudessem ecoá-las. Naquele momento de realização das entrevistas, de posse dos depoimentos já sistematizados, não pude prever a catástrofe que se anunciava: o autoritarismo voltaria com força à política brasileira, dessa vez fruto de um processo espúrio terminado nas eleições presidenciais de 2018.



Foi então após mais de três anos com as entrevistas em mãos que me dei conta de o porquê ser o presente um elemento definidor e consensual nos estudos de memória. A importância do hoje não orienta somente a construção dos relatos, mas também o entendimento do historiador. Após 2018, compreendi aquilo que me era revelado anos antes, ou seja, parte dos colonos manifestavam não apenas um certo apoio à ditadura de outrora, mas eram verdadeiros entusiastas do autoritarismo brasileiro. É certo então que as impressões e experiências do tempo presente influenciam tanto no ato de lembrar como na atitude de problematização da memória. A positividade da política contida nos relatos dos migrantes não significava a certeza da benevolência e apoio do INCRA nas áreas de colonização. Antes de tudo, elas correspondiam à atual consciência política dos segmentos rurais representados por uma classe já bem posicionada na Amazônia da atualidade. E, nesse grupo, não há espaço para a crítica ao autoritarismo da ditadura pois atualmente eles são justamente os seus defensores. Assim que percebi a questão, pude comprovar que

Através da rememoração de fragmentos do passado, cada memória social transmite ao presente uma das múltiplas representações do passado que ela quer exprimir. Entre diversos outros fatores, ela se constrói sob influência dos códigos e das preocupações do presente, por vezes mesmo em função dos fins do presente<sup>18</sup>.

Ceder à concepção de que os estudos de memória têm uma relação íntima com as construções políticas ligadas ao tempo presente não invalida nem deslegitima o uso da história oral. Acredito que esta influência reveste ainda mais a necessidade de compromisso do historiador e a produção de um trabalho consequente. Por isso, é certo que o trato com os relatos orais exige entendermos a influência que tem o presente sobre a memória de quaisquer acontecimentos históricos. Fica evidente então que escrever a história é mediar temporalidades e o uso dos relatos de memória não oferece perigos à disciplina, mas torna-se uma das ferramentas para o estabelecimento do nosso olhar sobre o passado<sup>19</sup>

No trato com a memória do Sr. Aurindo<sup>20</sup>, um colono emblemático na história da colonização, assumo que suas posições conservadoras me causavam um certo

<sup>18</sup> LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, C. et. al (orgs). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, p. 2.

<sup>19</sup> ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado: ensaios sobre teoria da história**. Bauru: Edusc, 2007.

<sup>20</sup> Aurindo de Souza: Trabalhador rural do município de Brasil Novo, urbanização resultante do processo de colonização dirigida às margens da Transamazônica. Praticamente um fundador da cidade em que reside, Aurindo se tornou um caso emblemático da política. Sua trágica história na região tem início com



incômodo. Era como se me faltasse algum outro elemento para dar conta de sua interpretação. Mesmo de acordo que suas construções remetiam mais a sua elaboração política do presente, mesmo constatando que sua fala apontava, apesar da simplicidade, para uma certa estabilidade na região, inclusive indicando ter sido capaz de deixar uma herança digna para seus filhos, não me fazia sentido que depois de tanto sofrimento sua construção se mantivesse não somente fiel à uma leitura positiva da política de colonização, como também benevolente para com os anos do regime. Foi então que mais uma vez me vi diante dos estudos de Walter Benjamin sobre o esgotamento do relato daqueles que vivenciaram o trauma da Primeira Guerra Mundial (SARLO, 2007). Benjamin argumenta que os homens que participaram das batalhas voltaram emudecidos das trincheiras. Logo me lembrei de uma experiência traumática vivida por Aurindo quando sobreviveu ao acidente da lancha Anaman. Ele viu dezenas de companheiros de empreitada morrerem a sua frente, juntamente com sua esposa e filho, além de perder todos os bens e economias. Como disse, não sou capaz de medir a dimensão do trauma que este evento representou na vida de Aurindo, mas acredito que esse possa ser um elemento que explique sua retórica a respeito do sucesso da colonização dirigida. O trauma silenciou a crítica. Se ele optasse por um tom de denúncia ao revelar as dificuldades que enfrentou naqueles anos inevitavelmente se poria em contato com o sofrimento limite que enfrentou na tragédia; esse acontecimento serviria como justificativa para suas dificuldades, o que certamente dificultaria sua superação, mesmo sabendo que foi por pouco que sua vida não foi arruinada em definitivo. Seu Nelson, por outro lado, conseguiu articular a crítica à política e também não teve vida fácil. Mas é impossível tecermos comparações entre as dificuldades dele e de Aurindo, uma vez que o acidente de barco tem a força representativa de uma guerra. Enquanto um me parece silenciar para o fardo correspondente aos anos da colonização, outro prefere adotar o tom de crítica e denúncia. Aurindo seguiu a sua vida, mas parece que morreu um pouco com aquele acidente, o que o fez emudecer diante da oportunidade em explicar as dificuldades que enfrentou. Nelson, por outro lado, não morreu, mas sofreu bastante junto a uma série de companheiros cujo destino de suas vidas foi a morte precoce. Para Nelson é a luta e o esforço pela sobrevivência que o

---

o acidente da lancha Anaman, em Breves, no Pará. Migrante que sai do Paraná, vai por conta própria a Belém, e de lá embarca com mais um conjunto de paranaenses rumo às áreas de colonização. No percurso, o barco que os transportava pega fogo. Aurindo, no acidente, perde família e filhos, além de seus pertences e recursos.



permite encarar e narrar todas as dificuldades que enfrentou naqueles anos. Segundo ele: “(...) o que escapou conta essa história, o que não escapou não contará nada. Porque quem não escapou não contará nada. Mas o que escapou ainda tem eu justificando pra contar essa história de alguém que já morreu que não tem mais osso”.

Concordo com Nelson e, portanto, os condenados pela morte já não podem falar e este é relativamente o caso de Aurindo, que morreu um pouco no acidente. Nelson, por sua vez, assume o lugar crítico da fala, não porque seja capaz de substituir aqueles que se foram, mas porque não morreu no lugar de quem morreu. Viu a morte de perto, mas diferente de Aurindo, manteve-se vivo pois não experimentou o trauma do acidente. A Nelson resta denunciar que o risco de morte por qual passou remete à irresponsabilidade do governo e das instituições que conduziram a colonização. Já a tragédia vivenciada por Aurindo é mais difícil de atribuir um responsável direito. Para mim, a ditadura é quem deveria ser responsabilizada, mas, para ele, o Anaman foi, antes de tudo, um acidente e, como tal, sem culpados. Quem morreu, mesmo um pouco como no caso de Aurindo, não fala, não critica e emudece. Já quem sobreviveu pela própria luta tem a responsabilidade e o dever da denúncia, como no caso de Nelson. Os verdadeiros testemunhos do descaso das instituições e do fracasso da política estão mortos. – coube a Nelson a missão de lembrá-los<sup>21</sup>.

Para finalizar, ofereço a síntese apresentada no início do artigo. Elas contribuem para entendermos a diferença entre os depoimentos do fracasso e do sucesso, mas dessa vez não a partir das questões relativas às reflexões de memória. O lugar da crítica que agora me ponho é o da natureza socioeconômica que divide esses depoimentos. Nesse sentido, o que divide os relatos de sujeitos como Nelson e Zé Gaúcho é a ação de governo. Foi ela que definiu os níveis de subordinação de cada colono ao capital. O processo de ocupação da Amazônia no início dos anos de 1970 se expressa no status socioeconômico diferenciado de cada colono. Essa distinção polarizada é o que demarca a construção diferenciada entre os relatos do sucesso e os relatos do fracasso. Na Transamazônica, foi a distribuição irregular das terras com maior potencial de cultivo que “tornou seletivo o processo, contribuindo para uma heterogeneidade econômica, social e espacial.<sup>22</sup> – bem ao gosto do desequilíbrio e competição capitalista.

<sup>21</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

<sup>22</sup> MIRANDA, Mariana. Colonização e Reforma Agrária. In BECKER, B.; MIRANDA, M; MACHADO, L. **Fronteira Amazônica: Questões sobre a Gestão do Território**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990, p. 71.





Portanto, a história da colonização nos permite dividir os colonos de acordo com a posição socioeconômica que ocupam. Na análise dos depoimentos, isso significou a distinção entre duas vertentes narrativas – uma que atesta o fracasso e outra que atesta o sucesso da política de colonização. No entanto, cada entrevistado manifestou uma opinião particular sobre o ocorrido. Por generalização, apesar de ser possível reuni-los em grupos opostos, os depoimentos são sempre únicos e estão atrelados a experiência individual de cada colono. A tentativa de traçar possíveis regularidades entre eles remete ao esforço artificial do historiador na construção de sua narrativa crítica. A multiplicidade das memórias é inquestionável quando percebemos que existem diferentes versões para um mesmo acontecimento histórico, a depender da experiência individual de cada colono. Contudo, essa diversidade perde um pouco do seu glamour quando entendemos que os distintos posicionamentos sobre o ocorrido compartilham interpretações decorrentes das posições sociais das quais ocupam os entrevistados. Com esse vai-e-vem podemos então demonstrar como “cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva<sup>23</sup>”.

**Data de submissão:** 05/05/2020

**Data de aceite:** 10/09/2020

---

<sup>23</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006, p. 69.



### Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado:** ensaios sobre teoria da história. Bauru: Edusc, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, C. et. al (orgs). **Cultura política, memória e historiografia.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

MIRANDA, Mariana. Colonização e Reforma Agrária. In BECKER, B.; MIRANDA, M; MACHADO, L. **Fronteira Amazônica: Questões sobre a Gestão do Território.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In AMADO, J. e FERREIRA, M. (org.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado.** Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

